

# Empresas negam coação para fechar acordos de leniência da Lava-Jato

Em audiência de conciliação, ministro do Supremo André Mendonça avisou que não vai tolerar 'revisonismo histórico'

MALEU GASPAR E  
RAFAEL MORAES MOURA  
public@oglobo.com.br  
@maledu

Em audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), empresas que fecharam acordo de leniência ao longo dos últimos anos em operações como Lava-Jato e Greenfield negaram na segunda-feira qualquer coação para concordarem com os termos dos acordos, que incluíam o pagamento de multas milionárias.

A audiência de duas horas ocorreu a portas fechadas e foi convocada pelo ministro André Mendonça, relator de uma ação movida pelo PSOL, PCdoB e Solidariedade, que pede a suspensão dos pagamentos das multas e a reatuação das condições dos acordos de leniência firmados por empresas investigadas no âmbito da Lava-Jato.

O argumento da ação é de que os acordos teriam sido feitos sob "absoluta coação", configurando um "estado de coisas inconstitucional". A petição inicial menciona 19 vezes a suposta "coação". Diante de Mendonça — que propôs na segunda-feira um prazo de 60 dias para a negociação de multas de acordos de leniência firmados no âmbito da Lava-Jato —, po-

rém, nenhuma das empresas sustentou esse argumento. De acordo com relatos de cinco participantes da audiência, o ministro disse que a conciliação não serviria para "revisonismo histórico" e pediu que cada empresa dissesse se sofreu ou não coação.

Representantes de Samsung, Braskem, UTC, CRAL-meida e Andrade Gutierrez disseram explicitamente que não. Os demais não responderam claramente ou tergiversaram. Além de Camargo Corrêa e Novonor (ex Odebrecht), estão nesse rol Nova Engenharia, Coesa, SOG Oleo e Gás, Metha e Companhia Paranaense de Construção.

Em sua fala, um dos advogados que assinam a ação, Walfrido Warde, negou que as empresas tivessem dito o que não queriam. Disse ainda que adotava para definir coação a compreensão do jurista Pontes de Miranda. Segundo a descrição feita pelo advogado, de acordo com esse entendimento, se há uma situação em que o alvo da investigação não tem outra saída — como no caso das empreiteiras, que ficam impedidas de fechar contratos com o setor público por conta dos processos por corrupção —, está caracterizada a coação.

Parte dos advogados citou um "contexto difícil" na época em que os acordos foram fechados. Um deles citou expressamente uma "perseguição do Ministério Público".

## REENQUADRAR DELITOS

Um dos representantes da Camargo Corrêa, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que integra o grupo Prerrogativas, afirmou que as empresas gostariam de "reenquadrar alguns delitos", mas que não consideravam isso um revisionismo histórico. Mendonça, porém, afirmou que não aceitaria refazer os relatos.

A "tese da coação" foi aceita recentemente pelo ministro do STF Dias Toffi, no âmbito de uma reclamação movida pelo presidente Lula para obter acesso às provas do acordo de leniência da Odebrecht. O caso ganhou novos contornos após vir à tona as mensagens obtidas ilegalmente pelo hacker Walter Delgatti Netto, conhecido como hacker de Araraquara, no âmbito da Operação Spoofing, que invadiu o celular de autoridades como o ex-juiz Sérgio Moro e integrantes da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba.

Entre dezembro do ano passado e este mês, ele sus-



Revisão. Mendonça determinou prazo para negociação de multas aplicadas em acordos de leniência da Lava-Jato

## Segunda Turma adia análise de acordo da Odebrecht

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu adiar a análise, prevista para ontem, de recursos do Ministério Público de São Paulo e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)

pendeu o pagamento das multas de Odebrecht e J&F nos acordos de leniência, aceitando o argumento das empresas de que os acordos não teriam sido fechados com "voluntariedade". Mas na audiência de segunda-feira, nem mesmo essas duas empresas repre-

contra a decisão do ministro Dias Toffi que anulou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht.

> O colegiado seguiu uma proposta feita na segunda-feira pelo ministro André Mendonça, que prevê negociações de multas pelas empresas que firmaram acordos de leniência com o Minis-

tério Público Federal e aguardar o resultado das conciliações. Pelo acordo, as partes terão 60 dias para chegar a um consenso sobre as multas.

> A sugestão seria não aguardarmos o desfecho dessas questões para aí sim decidirmos os casos que estão sob a relatoria de Vossa Excelência (Toffli) — afirmou André

Mendonça, relator de uma ação apresentada por partidos políticos que questiona os termos dos acordos de leniência celebrados na Operação Lava-Jato.

> A proposta de Mendonça foi acolhida, além do Toffli, pelos ministros Nunes Marques, Edson Fachin e Gilmar Mendes. (Mariana Muniz)

com a Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União (CGU) foram fechados em negociações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e, segundo Toffli, continuam válidos. Na audiência, a AGU se mostrou aberta à conciliação.

## Mendonça: renegociação confere 'segurança jurídica'

Ministro do Supremo defende que é preciso unificar e estabelecer critérios para celebração de acordos de leniência

DANIEL GULLINO  
daniele.gullino@oglobo.com.br  
@danielgullino

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a renegociação de acordos de leniência fechados por empresas com a Operação Lava-Jato é uma forma de conferir "segurança jurídica" a esse tipo de medida. A declaração foi

feita pelo ministro durante a audiência de conciliação na qual foi definida a renegociação, na segunda-feira.

Na audiência, Mendonça ressaltou que é preciso uniformizar os critérios para negociação e celebração de acordos, e que essa pode ser uma das "últimas oportunidades" para que o STF estabeleça esses parâmetros. "Apontou que esta pode

ser uma das últimas oportunidades, no cenário nacional, para que parâmetros sejam estabelecidos, e que é salutar que o tema esteja sendo tratado pelo STF como forma de conferir segurança jurídica à questão, a partir de uma decisão da Corte Suprema", destaca o termo da audiência.

A renegociação foi determinada no âmbito de uma

R\$ 17 bi

Total de multas impostas a empreiteiras em acordos com órgãos de controle. Ao todo, 11 tratativas do gênero poderão ser renegociadas

cia celebrados na Operação Lava-Jato. As companhias terão 60 dias para chegar a um consenso com os órgãos de controle. Durante a audiência, Mendonça ouviu queixas das empreiteiras, que alegam ter acumulado prejuízos por causa da Lava-Jato e sustentam que estão sem condições de pagar o valor das multas, acertado em

uma época em que o faturamento delas seria maior. Ao todo, 11 tratativas do gênero poderão ser renegociadas, que somam ao menos R\$ 17 bilhões em acordos firmados com órgãos do governo. Entre as empresas que podem ser beneficiadas com as conciliações estão Braskem, Samsung, Nova Engenharia, Camargo Corrêa, Novonor (ex Odebrecht), J&F e Metha (antiga OAS).

Na audiência, Mendonça também declarou que a renegociação não indica um juízo sobre a validade ou não dos acordos firmados.

## STF arquiva inquérito contra Aécio por corrupção

Em delação premiada, ex-presidente da OAS relatou suposto pagamento de propina ao deputado para favorecimento em Minas

MARIANA MUNIZ  
mariana.muniz@oglobo.com.br  
@marianamuniz

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou um inquérito aberto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) por suposto recebimento indevido de valores. A decisão foi tomada por quatro votos a um.

A apuração contra Aécio foi aberta em 2020 a partir da delação premiada da OAS. O ex-presidente da empreiteira, José Adel-

mário Pinheiro Filho, afirmou que houve pagamento de propina, entre 2010 e 2012, para o tucano com o intuito de impulsionar contratos da empresa em obras em Minas Gerais. Segundo o ex-presidente da OAS, a empresa visava, em especial, o fornecimento de materiais e serviços para a implantação do Programa de Eletrificação Rural "Luz Para Todos".

Inicialmente, os magistrados analisaram uma questão de ordem levantada pelo ministro Gilmar Mendes propondo o en-

cerramento da investigação. Para o decano da Corte, não havia indícios que justificassem a continuidade da apuração contra o parlamentar.

Na avaliação de Gilmar Mendes, não havia "elementos mínimos que pudessem sustentar a investigação e manutenção do inquérito a partir das diligências investigativas".

"FALSA ACUSAÇÃO" O voto foi seguido pelos ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Dias Toffli. O ministro Edson Fachin vo-



Outro lado. Defesa de Aécio classificou as acusações como "indevidas"

tou para manter o envio da investigação para a Justiça de Minas Gerais.

Em nota, a defesa de Aécio Neves disse que o arquivamento promovido pelo Supremo Tribunal Federal demonstra, "mais uma vez, a covardia e falsidade das acusações feitas contra o parlamentar".

"Essas falsas acusações são resquícios de uma época em que o Estado Democrático do Direito Brasileiro foi atacado e ameaçado pelo projeto pessoal de poder de alguns membros de algumas instituições, que lançaram denúncias indevidas contra as lideranças de diversos partidos políticos do país. A verdade, mais uma vez, prevaleceu", diz a nota assinada pelo advogado Alberto Torton.